


Reunião Ordinária do Conselho Popular de Segurança Urbana

Ata nº 04/2021

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte um, às dezoito horas e trinta minutos, foi realizada a décima terceira reunião ordinária do Conselho Popular de Segurança Urbana-CONSEGUR, virtual, sendo presidida pelo Presidente do Conselho, o Secretário Nestor Schwertner, da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Comunitária. O Secretário Nestor dá as boas-vindas, solicitando que a Secretária Adjunta Giselda Matheus, SEMUSP, efetue a leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma aprovada. Para agilizar os trabalhos, a partir desta reunião a ata será encaminhada junto a convocação para apreciação prévia dos conselheiros. O Delegado Eduardo Hartz, Regional da Polícia Civil, retoma debate (efetuado em outra reunião), a respeito do município custear o aluguel para implementação das Delegacias DRACO e DEAM. Salaria que para a instalação destas seria necessário espaço físico, e após processo de diálogo com o Prefeito Vanazzi e o ex Secretário de Segurança Carlos Sant'Ana, a possibilidade de auxiliar neste aspecto foi sinalizada, com anuência do CONSEGUR. Através de seus inquéritos, número de atendimentos e prisões, demonstram que o recurso foi muito bem empregado e que o retorno é imediato para a população, se colocando à disposição para maiores esclarecimentos. Diretor Diego Souza, Administrativo da SEMUSP, refere que participou de toda esta articulação, retomando que esta questão foi amplamente debatida e planejada financeiramente, reforçando que a decisão da Secretaria Municipal da Fazenda de aportar mais recursos no FUNSEGUR teve como base a resolução de apoio dos conselheiros. Logo após, informa que o edital de projetos a serem desenvolvidos pelas organizações da sociedade civil foi encaminhado para a Administração da Prefeitura para análise, bem como parecer jurídico da PGM. Desta forma, segue apresentando o acompanhamento da Execução Orçamentária do FUNSEGUR em 2021, especificando os eixos e o total de valores já estabelecidos anteriormente. Após, apresenta projeto de estimativa anual de mão de obra para manutenção do veículo da Defesa Civil (30h, valor unitário R\$ 51,16 com total de R\$ 1.534,80) e uma estimativa anual para substituição de peças para manutenção do veículo no valor unitário de R\$ 3.500,00. Desta forma, a soma dos valores ficou em R\$ 5.034,80, dando seguimento na apresentação do processo de trabalho desta instituição, além de outras especificações, sendo aprovado pelos conselheiros. Na sequência, apresenta o projeto de aquisição de carabinas calibre 9mm da Taurus (valor unitário R\$ 8.083,00 a ser adquiridas 4 unidades, total R\$ 32.332,00) e pistolas calibre 9mm da Taurus (valor unitário 5.600,00 a unidade, com previsão de adquirir 30 unidades, total R\$ 168.000,00) para a GCM, mediante as especificações técnicas sobre estes armamentos, bem como justificando sua necessidade. Além disso, apresenta projeto de aquisição de coldres para pistola (no valor


unitário R\$ 187,00 e total de R\$ 7.480,00) e o porta carregador para pistola (R\$ 171,00 a unidade e total de R\$ 6.840,00), ambos em 40 unidades cada item, sendo que os 4 itens apresentados totalizam R\$ 214.652,00. Na sequência, apresenta projeto de aquisição de munição para os novos armamentos, no valor total de: R\$ 30.420,00. Sendo assim, o valor do projeto de armamento para a GCM (R\$ 214.652,00), somado ao de munições (R\$ 30.420,00) totaliza R\$ 245.072,00. O Diretor Geral José Carlos, GCM, explica que a aquisição das armas é uma demanda antiga, mencionando que a corporação possui menos de 80 armas para revezamento entre os agentes, não tendo cautela permanente. Desta forma, problematiza o desgaste das mesmas, salientando que a reciclagem anual exige 100 tiros por aluno em 80h/aula para arma de fogo. Sendo assim, a aquisição de novo armamento será um grande auxílio, mesmo não sendo o suficiente. Logo após, contextualiza o trabalho efetuado pela GCM, bem como as ações integradas junto às outras forças de Segurança, justificando a necessidade de ter as carabinas para um grupamento tático que seja de apoio ao patrulhamento regular. O Secretário Nestor problematiza a respeito dos impostos que são colocados sobre o valor das armas, salientando que em algumas atividades nas quais a GCM trabalha seriam situações complexas, sendo relevante ter estas ferramentas à disposição para uma questão de prevenção para o cumprimento de seu trabalho. A Secretária Paulete Souto, SEDHU, compreende a colocação do Diretor Geral da GCM sobre a necessidade nos dias atuais da corporação estar melhor equipada para as abordagens, contudo identifica ser uma situação delicada, podendo mudar inclusive as atribuições. Desta forma, é necessário dialogar a respeito com a comunidade, bem como reforçar a capacitação dos agentes para uso destes novos instrumentos, como a carabina. O Delegado Hartz identifica que seria importante que todos os GCM tivessem seu armamento como uma regra básica para sua segurança, mencionando a experiência da Polícia Civil, na qual a manutenção da arma é de responsabilidade de cada agente. Desta forma, reitera a fala do Diretor Geral da GCM de ser necessária a ampliação do armamento, comentando o treinamento específico para arma longa, aumentando a responsabilidade. O Diretor Geral da GCM José Carlos menciona que compreende o questionamento da Secretária Paulete, salientando que a arma longa tem caráter preventivo, em trabalhos que necessite o grupamento especial tático para resposta rápida, problematizando diversas tarefas as quais a Guarda tem sido chamada a atuar. Em outra pauta, o representante Geovane Anacleto, O.P. Norte 1, menciona reunião efetuada a respeito do bairro Scharlau, pois foi alvo de assaltos, sendo que a GCM passou a efetuar rondas e resposta rápida quando solicitado apoio, sendo favorável a aquisição do novo armamento. A representante Silvia Quadros, O.P. Leste, parabeniza o trabalho da GCM, exemplificando uma situação de auxílio em questões ligadas ao trânsito. O Secretário Nestor retoma o processo de exames psicológicos que a GCM passa, bem como toda a fiscalização que a SEMUSP efetua com relação ao

uso do armamento, devendo o agente estar preparado para situações limite. Reitera a intenção de dialogar com as comunidades, nos bairros, colocando para aprovação a aquisição das armas, acessórios e da munição, sendo todos os projetos aprovados. Na nova pauta o Diretor Diego efetua atualização dos nomes para as comissões, sendo que na Comissão de Projetos ingressa o representante Ronaldo Duarte Camargo (O.P. Norte 2) e para a Comissão de Orçamento e Finanças Maristel Brasil Pereira (Fórum DCA) e Giselda Maria Matheus (SEMUSP), sendo aprovadas as alterações pelos conselheiros. O representante André Deferrari, CONSEPRO, menciona ter visto que o conselheiro Rogério, ACIST, saiu do grupo de whats do Conselho e o Diretor Diego se compromete em fazer contato e dar retorno na próxima reunião. No próximo ponto de pauta, o Secretário Nestor menciona a Moção de Apoio para captar recursos no BADESUL para construção de uma nova sede para a SEMUSP, explicitando que o Governo está de acordo para que a Secretaria tenha um espaço permanente, sendo que o projeto já existe desde 2019. Relembrando que esta pauta já foi mencionada algumas vezes, o Diretor Diego apresenta o projeto de construção da sede, solicitando apoio formal deste Conselho para o pedido de empréstimo via financiamento público. Ainda sim, explicita que o recurso orçamentário será da SEMUSP e não do FUNSEGUR, tendo em mãos o projeto arquitetônico. Informa que a Carta de Enquadramento da Secretaria de Segurança do Estado foi liberada na última sexta-feira, faltando a aprovação da Câmara de Vereadores e do BADESUL. Desta forma, mostra slides com desenhos e projeções da edificação, que teria 5 andares, estacionamento para a frota de viaturas, com valor estimado de R\$ 6.505.366,53 sendo apresentado o documento da Moção para aprovação dos conselheiros. O representante André Deferrari questiona o local para estacionamento do público a ser atendido, ao que o Diretor Diego demonstra que existe uma previsão de 7 vagas na Rua São Francisco, mas que podem debater sobre o uso de alguma outra vaga que foi pensada para inicialmente para as viaturas. Quando a moção foi colocada para aprovação foi aprovado por maioria dos conselheiros, com ressalva do representante André Deferrari, que informou não aprovar em função do endividamento do município, sendo que o representante Cássio Herédia, OAB, concordou com a ressalva mencionada por André Deferrari. Sendo assim, Secretário Nestor finaliza a reunião, agradecendo a presença e a contribuição dos conselheiros, agendando a próxima para o dia 9 de junho de 2021, às 18:30h.



Nestor Pedro Schwertner

Presidente do CONSEGUR



Tiane Alves da Silva

Relatora